

## A Perspectiva Docente sobre a Educação Física dos Cursos Superiores da Universidade Federal de São Carlos

Helion Massami Iza  
Luiz Gonçalves Junior  
Universidade Federal de São Carlos

**Resumo**—Objetivamos neste estudo a compreensão da educação física para os cursos superiores da Universidade Federal de São Carlos na perspectiva docente. Para tal, a trajetória metodológica adotada foi a da fenomenologia. Coletamos discursos de seis docentes que ministraram a disciplina práticas esportivas na universidade a partir da questão: Qual o significado da práticas esportivas na Universidade Federal de São Carlos para você? Na construção dos resultados identificamos que a disciplina práticas esportivas necessita ser reestruturada por apresentar problemas relativos à organização, ao tempo de realização e aos objetivos. Estes problemas foram devido a forma autoritária da implantação da educação física nos cursos superiores na década de 70 e ao modo pouco adequado como ela tem sido desenvolvida na educação básica.

Palavras chaves: educação física no 3º grau; práticas esportivas; fenômeno situado

**Abstract**—“An Analysis of Physical Education and Sports Courses at the Federal University of São Carlos.” The objective of this study was to examine, through an educational perspective, the status of physical education and sports courses at the Federal University of São Carlos. The phenomenology used was the methodological approach. The responses were recorded from six university teachers who are in charge of teaching the physical education and sports courses. They were asked, “What do ‘sports courses’ mean to you?” The results indicated that these courses need to be restructured. Problems were identified relating to organization, time of accomplishment and objectives, the authoritarian way in which the course was implemented in the graduate programs in the 70s, and to the fact that physical education has not been well developed in basic education.

Key words: physical education; graduate courses, sports for all; phenomenology

### Introdução

O presente estudo originou-se da pesquisa<sup>1</sup> sobre a perspectiva discente da disciplina Práticas Esportivas, pois sentimos a necessidade de conhecermos e refletirmos também sobre a perspectiva docente das práticas esportivas, doravante tratada como “educação física para os cursos superiores,” por entendermos que a expressão educação física é mais usual nas diversas universidades e, principalmente, por permitir abrangência que transcende a mera “prática” de esportes, como sugere a nomenclatura oficial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): “Práticas Esportivas”.

A reflexão sobre o tema tornou-se ainda mais necessária com a discussão desencadeada nos segmentos discente e docente da UFSCar sobre a manutenção ou não da disciplina e outras alternativas à mesma. A escolha sobre sua manutenção ou não ampara-se nos encaminhamentos dados com a não obrigatoriedade da disciplina em função da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96 de 20/12/96. Assim, por conta das discussões que se travavam na época (1996/1997) acerca da obrigatoriedade, legitimidade e coerência interna com os currículos dos diversos cursos de graduação, resolvemos indagar com docentes responsáveis pela mesma sobre o significado das práticas esportivas na Universidade Federal de São Carlos.

### Situação geral da educação física para os cursos superiores

A educação física para cursos superiores tem sido objeto de elogios, críticas, questionamentos e pesquisas não só no Brasil, mas em diversos países. Segundo Reitmayer (conforme citado por Zuin, 1986) a educação física, em nível universitário, tem se apresentado de modo diferenciado nos diversos países. Nos Estados Unidos (obrigatória em alguns estados, optativa em outros), e no Japão (obrigatória), a educação física para os cursos superiores é desenvolvida através de conteúdos teóricos e práticos. Encontramos enquanto conteúdos teóricos noções básicas de saúde, repouso, alimentação, fisiologia, métodos de treinamento, organiza-

<sup>1</sup> Iza, H.M.; Gonçalves Junior, L. & Couto, Y.A. (1998). A perspectiva discente da disciplina prática esportiva na UFSCar. *Revista Discorpo*. 8, 43-57.

ção esportiva etc. Na parte prática são ministradas atividades que desenvolvem basicamente a aquisição de habilidades esportivas, a competição e atividades ao ar livre. Em países como França, Itália, Bélgica, Finlândia e Canadá não há obrigatoriedade da educação física para os cursos superiores, no entanto, as universidades possuem excelentes centros esportivos e os alunos são altamente motivados para a prática de atividades esportivas.

Zuin (1986) destaca que, nos países nos quais a educação física para os cursos superiores se encontra mais organizada e desenvolvida, mesmo quando facultativa, não se restringe a treinamentos. Existe uma preocupação com a continuidade e com a inter-relação desta prática nos diferentes níveis de ensino, ou seja, entre os ensinamentos fundamental, médio e superior. Outra preocupação é sobre o suporte financeiro e as condições adequadas para o seu desenvolvimento.

No Brasil a educação física foi apresentada aos cursos superiores de modo obrigatório a partir do decreto nº 69.450/71, de 1º de novembro de 1971, período no qual o Brasil vivia sob regime militar ditatorial (1964-1984). Passávamos, ainda, por profundas reformas no ensino, em particular, através dos chamados “acordos MEC-USAID”<sup>2</sup>. Estes acordos tiveram o propósito de desestabilizar o movimento estudantil que já encontrava-se em turbulência em função da repressão imprimida pelo governo militar. O governo intencionava desorganizá-lo, inclusive através dos atrativos do esporte, através do qual buscava a adesão dos estudantes para atividades outras que não as de reivindicação e luta política, imprimindo ainda um sentimento de nacionalidade.

Assim, compreendia a educação física para os cursos superiores:

práticas, com predominância de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante ao ‘campus’ universitário, à firmeza do sentimento comunitário e de nacionalidade (Brasil, 1971, p.3).

No entanto, mesmo com o final da ditadura a educação física para os cursos superiores permaneceu por muito tempo inalterada, mantendo os mesmos objetivos acima previstos, inclusive turmas separadas por sexo. Uma das propostas pioneiras que rompeu com esta postura foi a do Departamento de Educação Física e Esportes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), implantada em 1994.

Na PUC-SP a educação física passou a ser uma disciplina com horário específico integrado à grade horária de gran-

de parte dos cursos de graduação. A disciplina é cursada preferencialmente no primeiro ano de cada curso em dois semestres consecutivos. A disciplina *Educação Física I*, no 1º semestre letivo, é comum a todos os cursos e possui conteúdos gerais da educação física. Entre eles: concepção de homem enquanto ser social, histórico, produtor e produto da cultura; o homem como ser uno, sendo corpo e mente dimensões indissociáveis de sua existência. A disciplina *Educação Física II*, no 2º semestre letivo, possui um conteúdo específico para cada curso. Como exemplo citamos a Faculdade de Economia e Administração que agrega as graduações em ciências contábeis, economia, administração e ciências atuariais. Nesta última, uma disciplina sobre o movimento humano consciente é relacionada com o processo de produção, distribuição e consumo dos bens materiais (kolyniak Filho, 1993, p.50).

Araújo (1995) cita algumas dificuldades que, surgidas durante este processo, necessitaram ser superadas para a consolidação da proposta da PUC-SP. Dificuldades como: a elaboração dos programas para cada curso, problemas junto à própria instituição que, apesar do apoio ao projeto, muitas vezes limita a ação do departamento de educação física, o desinteresse dos alunos pela disciplina e a divergência entre os professores, devido as suas diferentes formações e, portanto, diferentes concepções de ser humano e da área de estudo motricidade.

Na Universidade Federal de São Carlos, a educação física para os cursos superiores, nomeada nesta instituição de práticas esportivas, teve seu início em meados de 1972, em obediência ao Decreto nº 69.450/71, que previa em seu artigo 2º que “a Educação Física integrará o currículo de todos os graus de qualquer sistema de ensino.”

Em 1972 os docentes responsáveis pela disciplina Práticas Esportivas ficaram alocados na Unidade de Desporto e Educação Física (UDEF) e, somente em 1993, com a assinatura de um convênio entre a UFSCar e a Fundação Educacional São Carlos (FESC), foi fechado o curso de educação física ministrado até então pela FESC. Nesta ocasião, foi criada uma comissão para elaborar uma proposta de implantação do curso *Educação Física e Motricidade Humana* pela UFSCar, o qual passou a funcionar a partir de 1994, culminando com a criação do *Departamento de Educação Física e Motricidade Humana* (DEFMH) em 1995. Este departamento passou a ofertar a disciplina Práticas Esportivas, que então tornou-se obrigatória à todos os cursos de graduação da UFSCar.

Com a criação de um curso de graduação em educação física e motricidade humana, a contratação de novos professores e o aumento da massa crítica, a disciplina Práticas Esportivas, também ministrada pelos professores lotados no DEFMH, passou a ter seus desdobramentos questionados. Questionamentos estes que foram reforçados com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 de 20/12/96 -, que não mais referenda a educação física para os cursos superiores como obrigatória, o que foi certificado através de consulta do DEFMH junto a Procuradoria Jurídica (PJ) da UFSCar, como segue:

<sup>1</sup> Para melhor compreensão sobre o assunto ver:

Cunha, L.A. & Goes, M. (1987). Educação: grande negócio. In: L.A. Cunha e M. Goes (Eds.). *O golpe na educação* (4º ed.) (pp.12-30). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Romanelli, O.O. (1978). *História da educação no Brasil (1930/1973)*. (8º ed.). Petrópolis: Vozes.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, disciplinando inteiramente a matéria pertinente, não manteve a obrigação nos termos antes estatuídos. (...) Não havendo na Lei em questão qualquer referência à Educação Física na Educação Superior, entendemos inexistente, no regime atual, a obrigação de sua prática neste nível de ensino.<sup>2</sup>

O DEFMH encaminhou então as diversas coordenações de curso da UFSCar a possibilidade de manutenção ou não desta disciplina na sua grade curricular, embora, nos anos de 1997 e 1998 tenha se mantido a rotina anterior das práticas esportivas—as quais já eram ministradas em turmas mistas e com possibilidades de opção entre os alunos de atividades como atletismo, capoeira, ginástica, natação, tai chi chuan, tênis e yoga, além dos tradicionais esportes de quadra—para que fosse possível um ajustamento gradual de todos os cursos às novas circunstâncias da LDB.

Atualmente, dos vinte e cinco cursos de graduação existentes na UFSCar, a disciplina Práticas Esportivas se encontra da seguinte maneira:

- obrigatória: cursos de computação, enfermagem, engenharia de computação, estatística e matemática (total 5);
- optativa: cursos de engenharia agrônoma, engenharia de materiais, física, pedagogia e psicologia (total 5);
- eliminada/substituída: cursos de ciências sociais, engenharia de produção agroindustrial, engenharia de produção de materiais, engenharia de produção química, fisioterapia, química, terapia ocupacional (total 7);
- nunca foi obrigatória (Cursos Noturnos): cursos de artes - imagem e som, biblioteconomia e ciência da informação, educação física e motricidade humana, letras, matemática com informática (total 5);
- não responderam: cursos de ciências biológicas, engenharia civil, engenharia química (total 3).

### Trajetória metodológica

Para a realização desta pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, modalidade fenômeno situado, conforme indicada por Martins e Bicudo (1989). A pesquisa fenomenológica propõe o “ir a coisa mesma”, ou seja, àqueles que experienciam em seu mundo-vida o fenômeno interrogado e podem falar sobre ele.

Segundo Martins (1992),

fenomenologia é, neste século XX, principalmente, um nome que se dá a um movimento cujo o objetivo precípua é a investigação direta e a descrição de fenômenos que são

experienciados pela consciência, sem teorias sobre a sua explicação causal e tão livre quanto possível de pressupostos e de preconceitos (p.50).

Partindo dessa premissa, foram entrevistados seis professores que estavam ministrando a disciplina Práticas Esportivas na UFSCar no segundo semestre letivo de 1996. Seus discursos foram coletados individualmente a partir de uma única interrogação: “qual o significado das práticas esportivas na Universidade Federal de São Carlos para você?” e gravados em fitas cassete magnéticas para posterior transcrição na íntegra, de acordo com a ordem cronológica na qual as entrevistas foram realizadas. Salientamos que os nomes dos professores não são citados por questões éticas.

Após a coleta dos discursos a pesquisa passou pelas fases de *redução fenomenológica* (levantamento das asserções que são significativas em relação à interrogação empreendida buscando a essência do fenômeno interrogado), *interpretação fenomenológica* (organização das convergências e/ou divergências surgidas no discurso reduzido dos sujeitos em categorias estruturais—observamos que na fenomenologia tais categorias são estabelecidas após a análise dos discursos e não *a priori* como na metodologia positivista ao estabelecer hipóteses à serem comprovadas e/ou refutadas), e *análise nomotética* (busca de uma normalidade dos discursos coletados refletindo sobre a estrutura do fenômeno). Para facilitar a compreensão da análise nomotética, apresentamos a matriz nomotética e, com base nesta, estabelecemos a construção dos resultados, revelando posicionamentos individuais, concordantes e discordantes (d), entre os sujeitos, estabelecendo então a perspectiva docente do fenômeno “educação física para os cursos superiores da UFSCar.”

### Matriz nomotética

A matriz Nomotética é composta por colunas e linhas inter-relacionadas (Tabela 1). No extremo esquerdo superior da matriz encontra-se uma primeira casela que se subdivide, definindo o que será encontrado nas linhas e colunas imediatamente adjacentes a ela, tanto na vertical quanto na horizontal.

A matriz, que será apresentada logo mais adiante, inclui na primeira casela a sua divisão em discursos e categorias. Os discursos serão relacionados na primeira linha através de algarismos romanos e as categorias estruturais levantadas serão alocadas verticalmente por escrito e também identificadas com letras maiúsculas de nosso alfabeto.

Da intersecção de linhas e colunas surgem caselas que podem ou não estar preenchidas por algarismos arábicos. Estas caselas se referem à unidade de interpretação fenomenológica do discurso no qual ocorreu asserção nesta categoria, não se perdendo, dessa forma, a origem da referida unidade.

<sup>2</sup> Fundação Universidade Federal de São Carlos. Procuradoria Jurídica. Parecer PJ nº 119/97 de 05 de junho de 1997.

Tabela 1. Matriz Nomotética

Categoria	Discurso					
	I	II	III	IV	V	VI
A - Obrigatoriedade das práticas esportivas	2		2	d-1	4	
B - Importância da atividade física	3			4		3
C - Reestruturação das práticas esportivas	1/4		1	7	1	2
D - Implantação das práticas esportivas no ensino superior		1/2		2		
E - Objetivos das práticas esportivas		3			2	1
F - A educação física no ensino fundamental e médio				3	3	

### Construção dos resultados

Ao se observar a matriz nomotética é possível perceber que algumas categorias suscitadas possuem uma saturação de convergências entre os discursos e também a presença da divergência (d) entre as asserções dos sujeitos pesquisados. Optamos por uma abordagem qualitativa que, de acordo com Husserl (1975), busca a obtenção de uma compreensão, de uma consciência de alguma coisa e então não estabelece critérios de verdade e/ou falsidade diante das proposições dos sujeitos. A verdade aqui considerada é a verdade do ser, é o fazer-se manifesto. A realidade ocorre através da relação existente entre o compreendido e o comunicado, assim sendo, é perspectival. Na pesquisa fenomenológica não se procura uma explicação para o fenômeno interrogado, mas sim uma compreensão do mesmo, pois, este não se finda em uma única realidade, mas em tantas quantas forem suas comunicações e interpretações.

Com base na matriz nomotética observamos que a categoria "A" - Obrigatoriedade das práticas esportivas - apresenta-se com grande saturação. Nela os professores consultados citam que atualmente existem problemas no seu formato atual, pois, apesar de inúmeras mudanças no sistema educacional brasileiro, as práticas esportivas universitárias mantiveram-se quase inalteradas, ou seja, com separação de turmas por sexo, ênfase aos esportes coletivos e ao condicionamento físico, conforme podemos observar nas unidades:

"A prática esportiva é obrigatória por lei, não atende ao interesse de todos e é desestimulante" (Discurso I/Unidade 2);

A prática deve estar de acordo com as necessidades do aluno, não deveria ser obrigatória, imposta" (Discurso III/Unidade 2);

"Por força de lei, a prática esportiva se tornou obrigatória, em princípio se realizava durante todo o curso, atualmente não se realiza por mais de cinquenta por cento do curso. A obrigatoriedade garante um mercado de trabalho para o profissional de educação física, manutenção e reposição de materiais e permite exigir a presença do aluno nas aulas" (Discurso

so IV/Unidade d-1);

"A prática é uma disciplina realizada em um horário formal e é obrigatória por lei" (Discurso V/Unidade 4).

Nas unidades acima encontramos referência ao Decreto Federal nº 69.450/71, que regulamenta as práticas esportivas nas universidades. Alguns professores (Discurso I, III e V) declaram que atualmente seria mais interessante que a disciplina Práticas Esportivas não fosse obrigatória e que a mesma atendesse aos anseios dos alunos. Por outro lado, o discurso IV apresenta divergência de posição, aludindo à algumas vantagens que a obrigatoriedade das práticas esportivas oferece, como por exemplo, a criação e manutenção de espaços destinados a atividade física, assim como um mercado de trabalho para os profissionais de educação física. O sujeito IV considera também que não existindo a obrigatoriedade as universidades acabarão deixando-a de lado, ainda mais em tempos de corte de verbas.

Na categoria "B", encontramos asserções favoráveis à prática de atividades físicas e sua importância na vida das pessoas, enquanto atividade física regular, sendo a educação física para os cursos superiores mais um momento para frisar o hábito:

"Como docente apoio e vejo importância na prática de atividade física" (Discurso I/Unidade 3);

"A meta da Prática Esportiva é mostrar a importância de uma atividade física regular" (Discurso IV/Unidade 4);

"Considero a prática de extrema importância e deve continuar existindo independente de ser obrigatória, pois é o momento onde se consegue as melhores performances e o número de crédito é irrisório, não tendo o porque do aluno não fazer" (Discurso VI/Unidade 3).

Encontramos na categoria "C", asserções em torno de uma proposta de reestruturação das práticas esportivas, o que vai ao encontro da problemática já levantada na categoria "A". Podemos observar na categoria "C" a proposta de

se estar vinculando, por exemplo, a projetos de extensão universitária de cunho predominante prático, que tenha um número de créditos igual ao das práticas esportivas e sob a responsabilidade de um professor de educação física, como substituto da disciplina convencional das práticas esportivas ou até mesmo aceitar o treinamento realizado por alunos da Universidade em academias ou clubes, desde que comprovados e com carga horária equivalente ao das práticas esportivas. Como pode-se notar nas unidades de significado transcritas abaixo:

“Na estrutura atual o trabalho docente é incoerente e ineficiente dentro dos princípios da Educação Física” (Discurso I/Unidade 1);

“O treino realizado por atletas profissionais ou atividades físicas realizada em clubes e academias, poderiam substituir a prática esportiva” (Discurso I/Unidade 4);

“Em 1980 já havia proposto modificações, por entender que esta não tem o caráter formativo do 1º e 2º grau, uma possibilidade seria a de se liberar os alunos as dezesseis horas para que estes se dedicassem a aquela modalidade que mais gostam o que favoreceria a formação de equipes representativas” (Discurso III/Unidade 1);

“O conceito hoje de atividade física não se restringe as modalidades olímpicas o que amplia as possibilidades das práticas esportivas que podem ser desde as técnicas orientais até as atividades recreativas ou expressivas, além das próprias modalidades olímpicas. Com isso dar ao aluno a possibilidade de optar pela atividade” (Discurso IV/Unidade 7);

“O interessante da proposta é a ampliação das possibilidades dessa prática conseguida através da inclusão dos projetos de extensão ministrados por professores do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana, desde que cumpra as exigências da disciplina, havia a idéia de associá-la a atividades que os alunos realizavam fora da universidade, como por exemplo em academias, mas foi vetado” (Discurso V/Unidade 1);

“Pode-se fazer pesquisa, treinamento e realizar atividades que não sejam propriamente um esporte. Poderia também ter um horário flexível e um professor disponível para se creditar os pontos para o aluno” (Discurso V/Unidade 2).

Encontramos na categoria “D” referência a maneira como a educação física foi instituída no ensino superior através dos chamados “acordos MEC-USAID” realizados pelo governo ditatorial militar, que em síntese procuravam adequar o sistema educacional ao modelo do novo regime, originando um forte discurso de valorização do sentimento de nacionalidade. Na educação física para os cursos superiores

encontramos a predominância do caráter esportivo, a separação por sexo e a seleção por nível de aptidão física. Nesta categoria o sujeito expressa que a disciplina de Práticas Esportivas se encontra desconectada do currículo do aluno, não possuindo nenhuma relação com sua formação profissional:

“A prática esportiva foi incorporada a educação brasileira através do convênio MEC-USAID e por ser de um modelo norte americano os alunos não entendem o porquê desta disciplina em seu currículo” (Discurso II/Unidade 1);

“Quando foi implantada não manteve os propósitos de seu país de origem e não se adaptou a nossa cultura, tornando-se uma disciplina perdida” (Discurso II/Unidade 2);

“Quando foi instituída não havia instalações e material esportivo, não houve tempo de adaptação a nova lei e a maioria das instituições não implantaram ou o fizeram de forma gradativa” (Discurso IV/Unidade 2).

Na categoria “E” são citados os objetivos das práticas esportivas:

“Os objetivos seriam o de oferecer novas oportunidades de lazer ou criar hábitos higiênicos o que esta equivocado, pois o lazer não pode ser obrigatório e o pouco tempo de realização não é o suficiente para criar hábitos higiênicos” (Discurso II/Unidade 3);

“Seu objetivo não é bem claro, pois os alunos tem todo um 1º e 2º grau de educação física e não vejo importância da realização de mais um semestre e nada mais” (Discurso V/Unidade 2);

“Particularmente considero que seja a integração dos alunos de diferentes cursos. De modo geral os objetivos estão mal definidos, pois cada professor tem a liberdade de fazer o que quiser, ela precisa ser reformulada no sentido de se definir seus objetivos” (Discurso VI/Unidade 1).

Nos discursos II, V e VI há um consenso que os objetivos não estão bem claros, porque não se tem definido a forma de como as práticas esportivas devam ser trabalhadas: se os esportes coletivos devem ser em nível de iniciação ou aprimoramento e se de forma competitiva ou lúdica. O discurso VI considera também que um dos objetivos é a integração dos alunos por não ser uma disciplina específica de um curso.

A categoria “F” cita que os problemas encontrados na educação física para os cursos superiores se devem muito a sua desorganização no ensino fundamental e médio, ou seja, se durante estes níveis tivéssemos uma educação física escolar voltada à educação permanente e não exclusivamente

ao esporte de rendimento, tão pregado em discursos oficiais da década de 70 e parte da de 80, conseguiríamos ter uma prática de atividade física amplamente disseminada e realizada por grande parte da população, sem necessidade de obrigatoriedade no ensino superior.

“Trabalhando por mais de vinte anos com universitários noto que estes estão imaturos por culpa de um sistema de ensino de primeiro e segundo graus deficitário” (Discurso IV/Unidade 3);

“Trabalhei com a modalidade basquete e foram passadas informações básicas sobre a importância da atividade física, por isso sou contrário a prática do jeito que é hoje, pois não acredito que com apenas dois créditos o aluno vá adquirir gosto pela atividade física regular, não por incompetência nossa, mas por incompetência de um primeiro e segundo grau” (Discurso V/Unidade 3).

Ao observarmos as discussões suscitadas pelos sujeitos entrevistados percebe-se que muito dos problemas encontrados atualmente na educação física para os cursos superiores são reflexos de sua própria construção histórica e de seu desenvolvimento em instâncias anteriores, ou seja, no ensino fundamental e médio.

Elemento que não pode ser desconsiderado é a ausência de referência da educação física em nível superior pela nova LDB, o que, muito provavelmente, levará a sua extinção em muitas instituições de ensino superior. Em particular, a sua extinção nas instituições particulares que perceberão rapidamente que com a exclusão desta disciplina eliminarão gastos no pagamento de horas aula ao professor de educação física, na compra de materiais esportivos e na manutenção das praças de esportes. No entanto, consideramos que há a necessidade de que se tenha garantia de infraestrutura e orientação de profissionais da área, nas diversas instituições de ensino superior. É necessária a oferta de meios para o engajamento voluntário dos alunos nas atividades ligadas à cultura corporal, na forma, por exemplo, de projetos de extensão ou disciplinas optativas—possibilidades que já tem sido oferecidas pelo DEFMH/UFSCar aos alunos dos diversos cursos, independente da obrigatoriedade ou não das práticas esportivas para estes.

## Referências

- Araújo, A.S. (1995). Educação física no 3º grau: para repensar o primeiro e segundo grau. *IV Seminário Nacional de Educação Física no Terceiro Grau* (Anais). São Paulo: PUC-SP, p. 59-61.
- Brasil, MEC (1971). *Decreto nº 69.450/71*. Brasília, p.3.
- Husserl, E. (1975). *Ideas: General introduction to pure phenomenology*. London: Collier Macmillan.
- Kolyniak Filho, C. (1993). Educação física no 3º Grau: proposta da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Revista Discorpo*, 2, 33-57.
- Martins, J. (1992). *Um enfoque fenomenológico do currículo: Educação como poiesis*. São Paulo: Cortez.
- Martins, J.; Bicudo, M.A.V. (1989). *A pesquisa qualitativa em psicologia: Fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes/EDUC.
- Zuin, J.C. (1986). *Atividades físico desportivas dos alunos da Universidade Federal de São Carlos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

## Nota do autor

Helion Massami Iza é graduado em educação física e motricidade humana pela UFSCar; membro do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física do DEFMH/UFSCar.

Luiz Gonçalves Junior é professor adjunto do Departamento de Educação Física e Motricidade Humana da UFSCar; coordenador do Núcleo de Estudos de Fenomenologia em Educação Física do DEFMH/UFSCar.

Endereço:

Luiz Gonçalves Junior  
Departamento de Educação Física e Motricidade Humana  
Universidade Federal de São Carlos  
Via Washington Luis, KM 235  
Caixa Postal 676  
São Carlos 13565-905, SP  
Brasil  
e-mail: luiz@power.ufscar.br